



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2024

1. PROJETO

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do Plano Nacional da Educação (PNE).

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Resultados

Resultado 1.5: Apresentação de métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das ações de ensino superior sob responsabilidade do FNDE pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados, visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

2.2 Atividade

Atividade 1.5.3: Realizar diagnóstico, sobre o alcance da execução das ações e contribuições diretas e indiretas das ações de ensino superior no atingimento das metas do PNE 2014-2024.

3. JUSTIFICATIVA

A Lei n.º 13.005/2014, com vistas a cumprir o disposto no art. 214 da Constituição Federal, instituiu o Plano Nacional de Educação – PNE, com vigência de 10 (dez) anos e objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Nesse viés, o investimento público em educação envolve os recursos aplicados nos programas de expansão da educação profissional e superior, inclusive na forma de incentivo e isenção fiscal, o que incluiu o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, o qual possui natureza contábil e é vinculado ao Ministério da Educação.

Neste contexto, o Fies é um instrumento para se alcançar as metas 12, 13 e 14 do PNE, que envolvem a (i) promoção de uma maior quantidade de matrículas na educação superior, assegurando a qualidade da oferta, (ii) elevação da qualidade da educação superior e ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação, bem como (iii) a ascensão do número de matrículas na pós-graduação.

Diante deste cenário, por intermédio do Projeto OEI/BRA/21/002, a fim de subsidiar os gestores na política pública e no alcance das metas estipuladas no PNE, busca-se a avaliação e monitoramento do programa, por meio de estudos técnicos das ferramentas que caracterizam o Fies,

como as legislações, as ações judiciais, os requerimentos administrativos, bem como os sistemas SisFIES e SiFES.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O objetivo primordial está direcionado no auxílio e colaboração no tratamento das demandas judiciais, com a identificação dos temas judicializados mais recorrentes, bem como estudo das resoluções e normativos que regem o FIES, com o propósito de subsidiar os gestores nas tomadas de decisões relacionadas ao programa, com intuito de aperfeiçoamento da política pública.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

5.1 Especificação (Consultor PERFIL 1, 2, 3, 4 e 5): Jurídico – Seções Judiciárias de Acre, Amazonas, Amapá, Bahia e Distrito Federal)

- a) Analisar os normativos que regulamentam o programa de financiamento estudantil;
- b) Analisar a rotina operacional na tramitação dos financiamentos, bem como, o regular funcionamento dos sistemas e eventuais inconsistências;
- c) Realizar estudo e levantamento do cumprimento do passivo judicial de modo quantitativo e qualitativo relacionado aos contratos operados pelo FNDE;
- d) Mapear ações judiciais mais recorrentes durante o período do contrato, oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, especialmente pelas Seções Judiciárias supracitadas, com vistas à verificação do posicionamento do referido Tribunal e proposição de melhorias para defesa da política pública;
- e) Assessorar e subsidiar respostas à Procuradoria Federal do FNDE, recepcionadas no SIMEC e SEI, bem como os órgãos de controle (Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União), Defensoria Pública e Polícia Federal;
- f) Analisar as teses argumentativas utilizadas nos subsídios de defesa e seus impactos nas decisões judiciais.

6. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

a. Formação acadêmica

a.1 Obrigatória: Diploma de conclusão de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

a.2 Desejável: Certificado de pós-graduação *lato sensu* em Direito (carga horária mínima de 360 horas), devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação.

b. Exigências Específicas

b.1 Obrigatória: experiência comprovada de 02 (dois) anos em atividades jurídicas; ou experiência comprovada de 02 (dois) anos em consultoria jurídico-administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

b.2 Obrigatória: inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 02 (dois) anos (os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB).

b.3 Desejável: experiência comprovada de 02 (dois) anos em atividades na área de educação, com atuação específica em políticas públicas de educação.

c. Entrevista

c.1 Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 e da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018;

c.2 Conhecimento relacionado ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

7. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

7.1 Produtos (Consultor 1, 2, 3, 4 e 5 - Perfil Jurídico – Tribunal Regional Federal da 1ª Região)

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Produto 1 - Documento técnico “A” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisadas durante os 50 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	45 dias após a assinatura do contrato	R\$ 12.000,00
Produto 2 - Documento técnico “B” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisadas durante os 60 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	100 dias após a assinatura do contrato	R\$ 10.000,00
Produto 3 - Documento técnico “C” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisadas durante os 65 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	135 dias após a assinatura do contrato	R\$ 10.000,00
Produto 4 - Documento técnico “D” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região analisadas durante os 60 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	190 dias após a assinatura do contrato	R\$ 13.527,08
Produto 5 - Documento técnico “E” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região analisadas durante os 60 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	225 dias após a assinatura do contrato	R\$ 11.000,00
Produto 6 - Documento técnico “F” contendo estudo e mapeamento das demandas judiciais de maior relevância ou maior incidência oriundas do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, analisadas durante os 65 dias para entrega do presente documento, recepcionadas no âmbito da CGFIN/DIGEF, e desenvolvimento de proposta de padronização da manifestação da autarquia de modo a unificar e aperfeiçoar o tratamento judicial dado ao programa.	270 dias após a assinatura do contrato	R\$ 12.000,00
Valor total do contrato por consultor		R\$ 68.527,08

Perfis:

Para apresentação dos produtos/resultados esperados os consultores atuarão em relação aos processos: Seção Judiciária do Acre (Consultor 01); Seção Judiciária do Amazonas (Consultor 02); Seção Judiciária de Amapá (Consultor 03); Seção Judiciária da Bahia (Consultor 04) e Seção Judiciária do Distrito Federal (Consultor 05).

8. VALOR GLOBAL

8.1 Valor Global: R\$ 540.000,00;

9. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

9.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF;

O consultor deverá desenvolver seus produtos de forma autônoma, podendo ser necessária a presença na sede do FNDE. O consultor deverá demonstrar, no processo de seleção, que tem disponibilidade de jornada para dedicação ao projeto e para atender prontamente a eventuais demandas, reuniões e agendas solicitadas pelo FNDE **durante o horário comercial de trabalho.**

Os encontros presenciais eventualmente necessários para desenvolvimento dos produtos poderão ocorrer durante a execução da Consultoria, desde que previamente agendados, sendo que o custo pelo deslocamento e eventuais estadias se darão por conta do próprio Consultor.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO:

10.1 Prazo: 9 meses.

11. NÚMERO DE VAGAS:

11.1 05 vagas

12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

12.1 Formação Acadêmica

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Obrigatória: graduação em curso superior de Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. (os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a comprovação)	10 pontos

Desejável: Certificado de pós-graduação <i>lato sensu</i> em Direito (carga horária mínima de 360 horas), devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação	10 pontos
---	-----------

12.2 Exigências Específicas

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
<p>Obrigatória: experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades jurídicas; ou</p> <p>Experiência comprovada de 02 (dois) anos em consultoria jurídico-administrativa no âmbito da Administração Pública.</p>	<p>06 (seis) anos ou mais = 15 pontos; 04 (quatro) anos = 10 pontos 02 (dois) anos = 05 pontos</p>
<p>Obrigatória I: inscrição na Ordem dos Advogados há, no mínimo, 02 (dois) anos (os candidatos precisam encaminhar no momento da inscrição a cópia da carteira da OAB).</p>	<p>04 (quatro) anos ou mais = 25 pontos; 03 (três) anos = 20 pontos 02 (dois) anos = 15 pontos</p>
<p>Desejável: experiência comprovada de 02 (dois) anos em atividades na área de educação, com atuação específica em políticas públicas de educação.</p>	<p>04 (quatro) anos ou mais = 10 pontos; 03 (três) anos = 7,5 pontos; 02 (dois) anos = 05 pontos.</p>

12.3 Entrevista [a entrevista deve corresponder a, no máximo 30% da pontuação]

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Conhecimento da Lei n.º 10.260, de 12/07/2001 (Financiamento Estudantil) e da Portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.	Até 15
Conhecimento da portaria Normativa n.º 209, de 07 de março de 2018.	Até 15

13. Processo Seletivo

13.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

13.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

13.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irretratável dos termos deste edital.

13.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas.

13.4.1 Primeira Etapa – Análise de Currículos – PC

a) Será aferida a pontuação para os currículos inscritos, conforme pontuação especificada neste Termo de Referência.

b) Serão eliminados os currículos inscritos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos no edital.

c) Serão convocados para a entrevista os candidatos com maior pontuação na primeira etapa - Análise de Currículos, ressalvados os casos de empate.

d) A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional.

e) O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.

f) O candidato precisará obter, no mínimo, 40 pontos nesta etapa para ir para etapa de entrevista.

13.4.2 Segunda Etapa – Pontuação de Entrevistas – PE

a) A etapa de entrevista será realizada conforme planejamento da Comissão de Seleção, observando os critérios do Termo de Referência e os princípios da Administração Pública Federal.

b) A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência. Nesse caso, as entrevistas poderão ser gravadas.

c) Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato.

d) O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. $PT \text{ (Pontuação Total)} = PC \text{ (Pontuação de Currículo)} + PE \text{ (Pontuação de Entrevista)}$.

e) Em caso de empate na Pontuação Total, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- i. obtiver maior tempo de experiência de trabalho em atividades relacionadas diretamente ao perfil exigido neste Termo de Referência e
- ii. obtiver maior tempo de experiência profissional comprovada.

f) O candidato precisará obter, no mínimo, 70 pontos nessa etapa, somando PC (Pontuação

de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista), para que seja chamado a apresentar os documentos comprobatórios do currículo.

13.4.3 TERCEIRA ETAPA

a) Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas.

b) Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção.

c) O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.

d) A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa ou instituição onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho.

e) Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão.

f) Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado.

g) Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

h) Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado.

i) Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

14. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail ccopi@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos nos arts. 59, 62 e 63 da Lei 9.784 de 1999. O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado. A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instâncias, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os produtos deverão ser entregues à Coordenação Geral de Concessão e Controle do Financiamento Estudantil (CGFIN/DIGEF), por meio eletrônico ou diretamente no endereço SBS, Bloco F, Ed. FNDE, Térreo - Brasília/DF, como relatório, em versão preliminar e, após aprovação, em sua forma definitiva, com as devidas referências bibliográficas (quando necessário), em formato digital e capa impressa, contendo nessa a assinatura do consultor.

A execução dos trabalhos previstos nesse Termo de Referência não implica qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, ou benefícios complementares, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do Art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre materiais produzidos no âmbito desse trabalho pertencerão exclusivamente ao FNDE e sua utilização e/ou reprodução total ou parcial requererá autorização prévia da Autarquia.

Em atenção ao art. 7º do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e por meio da apresentação da declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem informando a inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da UNESCO, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.

Brasília/DF, dezembro de 2024.